

Salvador tem maior queda populacional entre capitais

HIEROS VASCONCELOS
REPORTER-

Salvador perdeu 4.259 habitantes entre 2025 e 2026 e registrou a maior queda populacional entre as capitais brasileiras, segundo as Estimativas da População divulgadas ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A capital baiana passou a ter 2.559.945 moradores, uma redução de 0,17% em relação ao ano anterior.

De acordo com o IBGE, Salvador “sustenta a tendência de queda já registrada entre os Censos Demográficos de 2010 e 2022”. Em termos percentuais, a retração de 0,17% foi a maior entre as capitais que tiveram redução populacional, superando Natal (RN), com -0,13%, Belém (PA), com -0,08%, e Belo Horizonte (MG), com -0,02%.

Em números absolutos, conforme o IBGE, a capital baiana também foi “o município brasileiro que mais perde habitantes”, com 4.259 moradores a menos em um ano. Mesmo com a redução, Salvador continua sendo a quinta cidade mais populosa do

país, com população inferior apenas à de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Fortaleza.

TENDÊNCIA

O cenário de Salvador acompanha uma tendência mais ampla observada na Bahia. Segundo o IBGE, o estado chegou a 14,889 milhões de habitantes em 2026, crescimento de apenas 0,12% em relação a 2025. A Bahia teve a quinta menor taxa de crescimento entre os estados brasileiros, ficando à frente apenas de Rio Grande do Sul, Alagoas, Rio de Janeiro e Maranhão.

Para o IBGE, “o baixo crescimento populacional da Bahia é resultado de uma dinâmica demográfica em que 4 de cada 10 municípios do estado tiveram quedas nos totais de habitantes estimados de um ano para o outro”. Foram 183 dos 417 municípios, ou 43,9% do total, que apresentaram redução populacional. Outras 226 cidades, equivalentes a 54,2% dos municípios baianos, registraram estabilidade ou crescimento de até 0,9%. Apenas oito municípios, 1,9% do total, tiveram au-

mento superior a 0,9% entre 2025 e 2026.

Parte dos maiores crescimentos, no entanto, está relacionada a mudanças nos limites territoriais. De acordo com o IBGE, seis dos oito municípios que apresentaram expansão superior a 0,9% tiveram “ganhos de território e pessoas, entre 2025 e 2026, em consequência de atualizações nos seus limites”. Jussari apresentou o maior crescimento proporcional do estado, de 5,46%. O município passou de 6.048 para 6.378 habitantes, um acréscimo de 330 pessoas, depois de receber território e moradores de Itaju do Colônia. Na sequência aparecem Itagi, com alta de 2,72%, e Dário Meira, com 2,37%. Caravelas registrou crescimento de 1,57%.

CRESCIMENTO

Entre os municípios que mais cresceram, apenas Luís Eduardo Magalhães e Nordestina não tiveram impacto de alterações territoriais. Segundo o IBGE, Luís Eduardo Magalhães passou de 118.382 para 119.947 habitantes, crescimento de 1,32%, enquanto Nordestina



Foto: Romildo de Jesus

MORADORES

A capital baiana passou a ter 2.559.945 moradores, uma redução de 0,17%

chegou a 19.903 moradores, alta de 0,97%.

Ao todo, 117 municípios baianos tiveram atualizações em seus limites territoriais entre 2025 e 2026, formaliza-

das pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Conforme o IBGE, as alterações ocorreram a partir de um “refinamento da malha cartográ-

fica da Divisão Político Administrativa do Estado da Bahia (DPA)”, resultado de aprimoramentos tecnológicos e dos insumos utilizados na representação territorial

Feira de Santana teve maior ganho populacional entre os municípios

Em números absolutos, os maiores ganhos populacionais foram registrados por municípios que já possuem grandes contingentes de moradores. Feira de Santana liderou, com 2.602 habitantes a mais, chegando a 663.408 pessoas. Vitória da Conquista ganhou 2.357 moradores e alcançou 398.970 habitantes. Camaçari teve acréscimo de 2.040 pessoas e chegou a 323.676 habitantes.

Na outra ponta, depois de Salvador, as maiores perdas absolutas ocorreram em Boa Nova, que teve redução de 421 habitantes; Itaju do Colônia, com 376 moradores a menos; e Itabuna, que perdeu 303 habitantes. Em termos proporcionais, Itaju do Colônia apresentou a maior queda do estado, de 6,15%, chegando a 5.742 habitantes.

O levantamento também revela a concentração da po-

pulação baiana em poucos municípios. Segundo o IBGE, “metade da população baiana, 50,2% ou 7,477 milhões de pessoas, mora em apenas 8,2% dos municípios do estado”, o equivalente a 34 das 417 cidades. As dez cidades mais populosas concentram 34,7% da população estadual, ou 5,166 milhões de pessoas. Ou seja, pouco mais de um terço dos habitantes da Bahia está concen-

trado em apenas 2,4% dos municípios.

CÁLCULO

A divisão das cidades por faixa populacional permaneceu a mesma de 2025. Salvador e Feira de Santana são os únicos municípios baianos com mais de 500 mil habitantes. Outras 44 cidades têm entre 50 mil e menos de 500 mil moradores; 119 possuem entre 20 mil e menos de 50

mil; 182 estão entre 10 mil e menos de 20 mil; e 70 municípios têm menos de 10 mil habitantes. De acordo com o IBGE, as Estimativas da População não resultam de uma pesquisa de campo. “Elas são elaboradas segundo um cálculo demográfico”, que considera as projeções populacionais mais recentes para o Brasil e os estados e o crescimento de cada município observado entre os Censos De-

mográficos de 2010 e 2022.

As estimativas municipais também incorporam alterações nos limites territoriais ocorridas entre maio de 2025 e abril de 2026. Os números divulgados nesta sexta-feira são utilizados, entre outros objetivos, como um dos parâmetros do Tribunal de Contas da União (TCU) para o cálculo do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios (FPE e FPM).

NEGÓCIOS

Sonegação empresarial chega a R\$ 508 bi

HIEROS VASCONCELOS
REPORTER-

Empresas brasileiras deixam de declarar cerca de R\$ 2,7 trilhões em faturamento por ano, segundo o estudo mais recente do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT). A estimativa aponta que, desse valor, aproximadamente R\$ 508,5 bilhões correspondem a tributos que deixam de ser recolhidos aos cofres públicos.

Na Bahia, a fiscalização também tem identificado irregularidades entre empresas. Segundo dados da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), ações realizadas em 2025 contra contribuintes do Simples Nacional alcançaram 11.441 empresas. As chamadas malhas fiscais identificaram possíveis diferenças entre o que as empresas declararam e as informações encontradas pelo Fisco, com potencial de arrecadação estimado em R\$ 92,2 milhões.

RECURSOS

O valor representa recursos que poderiam ser destinados ao financiamento de serviços públicos caso os impostos devidos fossem corretamente declarados e pagos. Em outra ação realizada no estado, 36 fiscalizações concluídas em 2025 resultaram em R\$ 231,8 milhões em autos de infração relacionados ao ICMS, conforme dados da Sefaz-BA. O valor inclui imposto, multas e outros acréscimos.

O ICMS, imposto cobrado principalmente sobre a circulação de mercadorias e alguns serviços, é justamente o tributo que aparece com maior peso na sonegação empresarial apontada pelo IBPT. Na sequência aparecem o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

De acordo com o IBPT, os R\$ 508,5 bilhões em tributos não recolhidos representam uma carga tributária média de 18,8% sobre os R\$ 2,7 trilhões que

deixam de ser declarados. Na prática, significa que uma parcela significativa do faturamento das empresas não chega ao conhecimento do Fisco e, consequentemente, não gera os impostos correspondentes.

O estudo aponta que o problema não está restrito às grandes empresas. Segundo o IBPT, existem indícios de sonegação em 47% das empresas de pequeno porte, 31% das médias e 16% das grandes companhias.

“É notório que quanto menor a estrutura, mais complexo é o sistema tributário para elas e, automaticamente, maior será a porcentagem de infração”, afirma o presidente-executivo do IBPT, João Eloi Olenike.

MOTIVOS

Entre os principais motivos que levam às autuações estão erros no preenchimento das informações exigidas pelo Fisco, diferenças encontradas quando os dados de uma empresa são comparados com outras bases e a classificação incorreta dos produtos. Segundo o IBPT, “os principais motivos para a lavratura de autos de infração são a complexidade das obrigações acessórias, o cruzamento de informações entre os fiscos e o lançamento incorreto, pelo contribuinte, da classificação fiscal dos produtos”.

Na Bahia, esse tipo de fiscalização vem sendo realizado cada vez mais por

meio do cruzamento eletrônico de informações. Notas fiscais, declarações e outros documentos são comparados para identificar possíveis diferenças. Em 2025, segundo a Sefaz-BA, 192 autos de infração ou notificações fiscais foram emitidos contra 141 contribuintes do Simples Nacional que não corrigiram irregularidades apontadas pelo Fisco. Os processos envolviam R\$ 9,3 milhões em valores históricos e R\$ 6,9 milhões em multas.

CENÁRIO

No cenário nacional, o número de autuações relacionadas ao ICMS cresceu fortemente. Em 2024, os fiscos estaduais emitiram 152.878 autos de infração, que somaram R\$ 109,5 bilhões. Em 2025, foram 361.164 autuações, totalizando mais de R\$ 107,1 bilhões. Isso representa aumento de 136,24% na quantidade de autuações em apenas um ano, embora o valor total tenha caído 2,15%. Considerando impostos federais, estaduais e municipais, o IBPT contabilizou 776.321 autos de infração em 2025. A média foi de 2.126 autuações por dia, ou 88 por hora. O valor total chegou a R\$ 349,1 bilhões.

A indústria foi o setor que concentrou o maior valor em autos de infração relacionados aos tributos federais em 2025. Segundo o levantamento, outras indústrias de transformação acumularam R\$ 40,3 bilhões em autuações, seguidas pela indús-

tria extrativa, com R\$ 36,7 bilhões, e pelo comércio atacadista, com R\$ 29,9 bilhões. Apesar dos números ainda elevados, a proporção da sonegação empresarial vem caindo ao longo dos anos. Em 2002, o índice era estimado em 32% da arrecadação tributária. Em 2004, chegou a 39%. Depois, caiu para 25% em 2009, 17% em 2017 e 15% em 2019. Em 2020, ficou em 12,9%; em 2021, em 10,45%; e em 2022, chegou a 9,25%.

Para 2025, o IBPT estima que a sonegação média das empresas tenha correspondido a 9,9% da arrecadação tributária. Para o presidente-executivo do instituto, a redução está relacionada ao avanço das ferramentas utilizadas para fiscalizar as empresas. “Graças ao avanço dos sistemas de controle fiscal, o Brasil passou a ter um dos menores índices de sonegação empresarial da América Latina”, afirma Olenike.

DIFICULDADES

O presidente do IBPT, porém, ressalta que ainda existem dificuldades para as empresas cumprirem todas as regras. Segundo ele, “muitos erros operacionais continuam ocorrendo em virtude da complexidade do sistema tributário”. A situação, afirma, ganha um novo desafio com a Reforma Tributária, durante o período em que empresas precisam conviver com regras antigas e novas.

CULTURA

Artesanato baiano amplia estrutura para transporte

O artesanato produzido na Bahia passa a contar com uma estrutura ampliada para o transporte de peças e o atendimento a profissionais de diferentes regiões do estado. Nesta quinta-feira (27), foram entregues um caminhão-bau e um veículo sedan, na Casa do Artesanato da Bahia, no Porto da Barra, em Salvador.

Os novos veículos serão utilizados no deslocamento de peças para exposições, feiras e outros eventos, além de apoiar as equipes responsáveis pelo atendimento e acompanhamento de artesãos e artesãs nos territórios. O caminhão também será empregado no recolhimento de peças em municípios baianos que participarão de eventos fora do estado.

PROGRAMAÇÃO

Durante a programação, profissionais cadastrados pela rede de atendimento ao artesanato e pelo SINE Pituacu também receberam a Carteira Nacional do Artesão. O documento permite o reconhecimento profissional e amplia as possibilidades de participação em feiras, exposições e outros espaços de comercialização em diferentes regiões do país. A carteira pode ser solicitada por artesãos por meio de pré-cadastro no portal do Artesanato da Bahia e na plataforma gov.br. Após o preenchimento das informações, a documentação é analisada pela equipe técnica responsável, incluindo a avaliação da matéria-prima utilizada e dos critérios previstos na legislação nacional do artesanato.

REFERÊNCIA

GFO Advogados celebra 10 anos e é destaque na área

Com atuação em Salvador, Vitória da Conquista, Recife e Brasília, escritório vai celebrar uma década de trajetória com jantar para convidados nesta sexta (28)

O escritório Gesteira Fialho Oliveira Assessoria Jurídica (GFO Advogados), dos sócios Ricardo Gesteira, André Fialho e Rodrigo Oliveira, celebra dez anos de atuação com um jantar especial nesta sexta-feira (28) no Restaurante Lafayette, em Salvador. Os advogados receberão associados, clientes, parceiros e advogados que fazem parte da trajetória do escritório, em um momento de celebração e de reconhecimento dos caminhos construídos ao longo da última década.

Com atuação em Salvador, Vitória da Conquista, Recife e Brasília, o GFO Advogados reúne profissionais especializados em diferentes áreas do Direito, entre elas direito público e administrativo; direito do consumidor, civil e imobiliário; direito do trabalho empresarial e previdenciário. Entre os

principais segmentos de atuação está o de shopping centers, com assessoria jurídica a empreendimentos e negócios de diferentes formatos, incluindo complexos multifuncionais, outlets, strip malls e condomínios.

A atuação no segmento de shopping centers é um dos pilares do escritório, que acompanha demandas jurídicas relacionadas à operação e às diferentes necessidades desses empreendimentos. “Chegar aos dez anos é motivo de muita celebração, mas também de gratidão por todos que fizeram parte dessa trajetória. Construímos o GFO a partir da ideia de oferecer uma advocacia empresarial sempre atenta às transformações do mercado e às necessidades dos nossos clientes. O investimento em pessoas e tecnologia nos permite olhar para os próximos anos com a mesma disposição de inovar e oferecer soluções jurídicas cada vez mais eficientes”, afirmam os sócios Ricardo Gesteira, André Fialho e Rodrigo Oliveira.

Tribuna da Bahia

Rua Djalma Dutra 121, Sete Portas Salvador Bahia - CEP 40.255-000

FUNDADOR: ELMANO SILVEIRA CASTRO. EM 21 DE OUTUBRO DE 1969

Conselho Editorial			
Presidente Antônio Walter Pinheiro	Vice-Presidente Marcelo Sacramento	Diretor de Redação Paulo Roberto Sampaio	Propriedade: Site-Editora
REDAÇÃO			
Diretoria: 3019-0017 Redação: 3321-2161 Publicidade: (71) 3322-6377 Financeiro (71) 3321-5322 Assinatura: (71) 3322-7266		Secretário de Redação.....Gerson Brasil Chefe de Reportagem.....Leidiane Brandão Editora de Cidade.....Tatiana Ribeiro	
Representações: Feira de Santana: (75) 3623-6141/5728 Brasília - DF 61 3543-0071 / 3253 5051 São Paulo - SP Tel.: (11) 2985.9444 Norte/ Nordeste Tel: (85) 3264-0406		Coord. Opcc Thaís Alves	
		Gerente Administrativo Financeiro José Carlos do Carmo	
e-mail: tribuna.tribuna@terra.com.br			
● As informações nacionais e Internacionais são fornecidas pela Agência Estado. Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião do jornal			
Assinatura Anual R\$560,00 - Semestral R\$310,00 - Trimestral R\$160,00			